

Desacerto argentino

Rogério L. Furquim Werneck*

Na semana passada, o casal Kirchner sofreu grave derrota ao ver rejeitada pelo Senado a controvertida proposta de tributação variável de exportações agrícolas, que conflagrou o país por cerca de quatro meses. O episódio tem enorme importância por realçar sinais inequívocos de esgotamento do modo voluntarista e inconseqüente de condução da política econômica que marcou o governo de Néstor Kirchner e vem agora pautando o de Cristina Fernández de Kirchner. Convencido de que não há limites para o ativismo governamental, o casal Kirchner tem mostrado descaso completo pela coerência da política macroeconômica e pelo papel coordenador do sistema de preços. Na esteira de uma sucessão de ministros de Economia inexpressivos, a política econômica tem sido conduzida diretamente pela própria Casa Rosada, coadjuvada pelo xucro secretário de Comércio Interior, Guillermo Moreno.

O estreitamento do espaço de manobra da política econômica dos Kirchner decorre de uma escalada de intervenções arbitrárias, em que cada intervenção visa a minorar efeitos colaterais adversos das anteriores. O impacto inflacionário da intervenção sistemática no mercado cambial – para impedir que o boom de commodities se traduzisse em apreciação do câmbio – só poderia ter sido neutralizado se o governo estivesse disposto a adotar uma combinação muito mais restritiva de políticas monetária e fiscal do que a que de fato adotou. Para atenuar a inevitável pressão sobre a inflação, Néstor Kirchner recorreu, inicialmente, a várias formas de contenção de preços. Negou reajustes de tarifas a concessionárias de serviços de utilidade pública, conteve preços de combustíveis, deixou que o secretário Moreno operasse um sistema truculento de controle de preços e interveio em negociações salariais. Naturalmente, a taxa de câmbio depreciada, conjugada com a elevação de preços de commodities, deu grande estímulo às exportações, mas trouxe dificuldades ao controle da inflação. Para impedir que preços internos de alimentos se alinhasssem a preços externos, o governo não relutou em recorrer à taxação de exportações e, no caso da carne, à simples proibição de exportação.

A combinação de preços de commodities em alta, taxa de câmbio depreciada, inflação reprimida e expansão monetária e fiscal permitiu rápida recuperação da economia argentina nos últimos anos. Mas, não obstante todo o esforço de contenção de preços, as pressões inflacionárias se agravaram, à medida que se esgotou a capacidade ociosa da economia. Em face dessas novas dificuldades, o governo de Néstor Kirchner não encontrou melhor alternativa do que intervir no Indec –instituição responsável pelo cálculo oficial de inflação – e manipular o cômputo da inflação. (O leitor interessado

em estimativas não manipuladas da taxa de inflação argentina pode recorrer, por exemplo, ao site www.inflacionverdadera.com .)

A escalada de intervenções não terminou aí. Para evitar o colapso da produção de bens e serviços cujos preços vinham sendo contidos, o governo se viu obrigado a subsidiar as empresas que os produziam. Mas com a proliferação dos programas de subsídio a conta se torna a cada dia mais alta. E o governo, mais ávido por recursos fiscais. Por outro lado, como era de esperar, o setor agropecuário adaptou-se às restrições impostas à exportação, deslocando recursos para a exportação de bens menos visados pelo governo e com ponderação mais baixa no índice de inflação, como a soja. Foi o que bastou para que o governo partisse para uma guerra santa contra as exportações de soja, concentrando sobre elas o esforço de extração fiscal adicional que entende ser necessário. Foi essa tentativa de impor uma tributação de caráter confiscatório sobre as exportações de soja que acabou conflagrando o campo argentino, dando lugar à poderosa coalizão do campo com a classe média urbana, penalizada pela inflação. Aliança que desarticulou a esmagadora frente governista e levou à sua derrota no Congresso.

No Brasil, as agruras do casal Kirchner e os impasses da sua política econômica vêm tendo efeitos pedagógicos importantes ao refrear a claqué de admiradores confessos do “modelo argentino”, que tanto no governo como na oposição vinham louvando em prosa e verso as ilimitadas possibilidades do ativismo governamental neoperonista.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.